



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

**LICENÇA**

**Licenciamento de uma entidade gestora do sistema integrado de gestão de resíduos de  
equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE), nos termos do Decreto-Lei nº 230/2004,  
de 10 de Dezembro**

*Despacho conjunto dos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território  
e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação*

O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
e o Ministro da Economia e da Inovação,

*Considerando* o Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro, que estabelece o regime  
jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos  
(alterado pelo Decreto-Lei nº 174/2005 de 25 de Outubro), transpondo para a ordem  
jurídica interna a Directiva nº 2002/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27  
de Janeiro de 2003, e a Directiva nº 2002/96/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de  
27 de Janeiro de 2003, alterada pela Directiva nº 2003/108/CE, do Parlamento Europeu e  
do Conselho, de 8 de Dezembro;

*Considerando* o pedido de licença para gerir um sistema integrado de gestão de resíduos  
de equipamentos eléctricos e electrónicos apresentado, em Junho de 2005, pela ERP  
Portugal – Associação Gestora de R.E.E.E.;

*Considerando* o parecer favorável do Instituto dos Resíduos e da Direcção Geral da  
Empresa;



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

Concedem a presente licença, nos termos do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro, que fica a reger-se pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A *ERP Portugal – Associação Gestora de R.E.E.E*, a seguir designada por *titular*, é licenciada, de acordo com as cláusulas constantes desta licença e com as condições especiais estabelecidas em Anexo, que dela faz parte integrante, para exercer a actividade de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, prevista no âmbito do sistema integrado regulado pelo Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

A *titular* é licenciada para assegurar a gestão dos resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos abrangidos pela definição constante da alínea b) do artigo 3º do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro, tanto provenientes de utilizadores particulares como não particulares, nos moldes previstos, respectivamente, no artigo 9º, conjugado com o 12º, e no artigos 10º, conjugado com o 13º daquele diploma legal, tendo por base o conteúdo do Caderno de Encargos e as condições específicas constantes no Anexo à presente Licença, da qual este faz parte integrante.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

O âmbito da presente licença abrange todo o território nacional, sem prejuízo do exercício das competências de execução administrativa atribuídas aos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

*Fuc*



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

**CLÁUSULA QUARTA**

1. A licença é concedida até 31 de Dezembro de 2011.
2. Até 31 de Dezembro de 2009, o Instituto dos Resíduos realiza um balanço da actividade e dos resultados obtidos durante os primeiros 3 anos de funcionamento da *titular*, propondo ao membro do Governo responsável pela área do ambiente, a adopção de eventuais medidas correctivas, designadamente no que diz respeito à concretização de operações de reutilização de equipamentos inteiros ou dos seus componentes e sua posterior comercialização, ao estado de implementação da rede de centros de recepção, considerando a necessária articulação, quer com outras entidades gestoras de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, quer com entidades gestoras de outros fluxos de resíduos que estejam licenciadas a operar a nível nacional.
3. A licença pode ser prorrogada por períodos de cinco anos mediante requerimento da *titular* a apresentar ao Instituto dos Resíduos com uma antecedência mínima de seis meses sobre o termo do seu prazo de validade.
4. A *titular* obriga-se a cumprir todas as disposições legais em vigor aplicáveis à presente Licença, bem como as instruções respeitantes à gestão do Sistema Integrado que lhe sejam transmitidas pelo Instituto dos Resíduos, no âmbito do disposto no Caderno de Encargos, na presente Licença e no Anexo, da qual faz parte integrante.
5. Quaisquer violações por parte da *titular* às cláusulas da presente licença, bem como às condições especiais constantes do Anexo, podem determinar a suspensão administrativa da sua eficácia ou a revogação, através de despacho conjunto dos membros do Governo com atribuições em matéria de ambiente e da economia, mediante proposta do presidente do Instituto dos Resíduos.



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

**CLÁUSULA QUINTA**

A responsabilidade dos produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos pelo destino final dos respectivos resíduos só se transfere mediante assunção de responsabilidade pela *titular*, nos termos e condições estabelecidos no artigo 16º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro.

**CLÁUSULA SEXTA**

1. Os valores da prestação financeira, por categoria e, ou, subcategoria de equipamento novo colocado no mercado nacional, a suportar pelos produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos para o biénio de 2005-2006, como meio de financiamento da *titular*, são os que constam da tabela anexa à presente licença, devendo reflectir e premiar medidas de prevenção que tenham sido adoptadas aquando da sua concepção.
2. O valor estabelecido no número anterior é revisto, mediante proposta apresentada pela *titular* ao Instituto dos Resíduos, até 30 de Setembro do ano anterior ao biénio a que diz respeito, nos termos do n.º 5 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro.
3. Se até à data estabelecida no número anterior a *titular* não tiver apresentado qualquer proposta de revisão, os valores da prestação financeira mantêm-se inalterados.
4. Na situação referida no n.º 3, caso a evolução das circunstâncias o aconselhe, o presidente do Instituto dos Resíduos pode determinar a abertura do procedimento de revisão.
5. Após a recepção da proposta apresentada pela *titular*, o Instituto dos Resíduos avalia a sua fundamentação, podendo solicitar informações adicionais no prazo de quinze dias.
6. Os novos valores anuais da prestação financeira a suportar pelos produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos como meio de financiamento da *titular* são fixados

4



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

por despacho conjunto dos membros do Governo com atribuições em matéria de ambiente e de economia, mediante proposta do presidente do Instituto dos Resíduos.

7. O despacho conjunto que fixa os novos valores anuais da prestação financeira deve ser praticado no prazo de três meses a contar da recepção da proposta apresentada pela *titular*, da decisão referida no nº 4 da presente cláusula, ou da recepção das informações solicitadas de acordo com o nº 5.

8. Os novos valores anuais da prestação financeira a suportar pelos produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos como meio de financiamento da *titular* reportam o início da produção dos seus efeitos a 1 de Janeiro de cada ano, independentemente da data do despacho conjunto referido no nº 7.

9. Sem prejuízo da revisão anual ordinária a que se referem os números anteriores, os valores da prestação financeira a suportar pelos produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos como meio de financiamento da *titular* podem ser objecto de actualização intercalar extraordinária, mediante proposta da *titular* ou iniciativa do presidente do Instituto dos Resíduos, devidamente fundamentada.

10. No caso referido no número anterior, os novos valores são fixados, sem dependência de quaisquer outras formalidades, por despacho conjunto dos membros do Governo com atribuições em matéria de ambiente, de economia, mediante proposta do presidente do Instituto dos Resíduos.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

1. Após a adesão ao sistema integrado, os produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos, que procedam à comercialização de equipamentos novos, podem indicar, nas tabelas de preços ou num ponto específico da respectiva factura, a prestação financeira a que se refere a Cláusula Sexta.



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

2. A faculdade descrita no número anterior caduca em 13 de Fevereiro de 2011, para os equipamentos eléctricos e electrónicos novos incluídos nas categorias 2 a 10, e em 13 de Fevereiro de 2013, para os equipamentos eléctricos e electrónicos novos incluídos na categoria 1 do Anexo I do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro.
3. A faculdade referida no número um pode ser adoptada ao longo da cadeia de comércio dos equipamentos eléctricos e electrónicos.
4. A *titular* deve assegurar a necessária articulação com os produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos, de forma a garantir que os custos ambientais indicados no número anterior não excedam os custos reais com a gestão dos resíduos dos equipamentos, em cumprimento ao previsto nos artigos 24.º e 35.º do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro.

**CLÁUSULA OITAVA**

1. O Instituto dos Resíduos é responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução, pela *titular*, das actividades inerentes à presente licença, sem prejuízo de idênticas competências atribuídas a outras entidades.
2. No exercício da função de acompanhamento referida no número anterior, o presidente do Instituto dos Resíduos pode emitir orientações relativas ao cumprimento das obrigações e dos objectivos a que se encontra adstrita a *titular*.

**CLÁUSULA NONA**

1. Para além das obrigações de informação estabelecidas nas condições especiais constantes do Anexo, nos termos da alínea a) do artigo 22º do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro, a *titular* fica obrigada a apresentar ao Instituto dos Resíduos, até ao dia 15 do mês subsequente ao trimestre a que diz respeito, uma lista identificativa dos



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos que lhe transferiram a sua responsabilidade pela gestão dos resíduos dos respectivos equipamentos que colocam no mercado nacional.

2. Nos termos da alínea b) do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro, a *titular* fica obrigada a apresentar ao Instituto dos Resíduos, até 15 de Fevereiro do ano imediato àquele a que se reporta, um relatório anual de actividades, evidenciando as acções executadas e respectivos resultados.

3. Complementarmente, a *titular* deve evidenciar trimestralmente ao Instituto dos Resíduos, a evolução da implantação da sua rede de sistemas de recolha selectiva de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, bem como o estrito cumprimento dos requisitos discriminados no artigo 11º do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro.

**CLÁUSULA DÉCIMA**

1. As cláusulas da presente licença, bem como as condições especiais constantes do Anexo, poderão ser objecto de alteração mediante proposta devidamente fundamentada da *titular* ou por iniciativa do presidente do Instituto dos Resíduos, sempre que se verifiquem alterações das circunstâncias que estiveram subjacentes à concessão.

2. As divergências que eventualmente surjam entre os vários documentos que integram a presente Licença, se não puderem solucionar-se pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão de acordo com o seguinte critério: o estabelecido na Licença e no respectivo Anexo prevalece sobre o disposto no Caderno de Encargos.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

A presente licença produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

*RSZ*



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

**TABELA A QUE SE REFERE O Nº 1 DA CLÁUSULA SEXTA**

Prestação financeira em vigor para o biénio 2005-2006 (€/t de EEE colocados no mercado)

Categoria de REEE	Prestação Financeira
Grandes electrodomésticos	128
Equipamentos de Arrefecimento	345
Equipamentos de Tubo de Raios Catódicos (TRC)	180
Lâmpadas	458
Outros	108

Publique-se.

Lisboa, 26 de Janeiro de 2006.

**O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território  
e do Desenvolvimento Regional,**

**(Francisco Carlos da Graça Nunes Correia)**

**O Ministro da Economia e da Inovação,**

**(Manuel António Gomes de Almeida de Pinho)**





**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

**ANEXO**

**CONDIÇÕES ESPECIAIS DA LICENÇA CONCEDIDA À ERP PORTUGAL**

**Introdução**

1. O presente Anexo faz parte integrante da licença concedida à *ERP Portugal – Associação Gestora de R.E.E.E.*, a seguir designada por *titular*, e engloba as seguintes matérias:

- A. Objectivos de gestão.
- B. Identificação dos resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos abrangidos.
- C. Condições de articulação da actividade da *titular* com os outros intervenientes no sistema integrado.
- D. Investigação e desenvolvimento; sensibilização e informação.
- E. Bases das contribuições financeiras exigíveis ao ciclo económico do produto e das contrapartidas a pagar pela *titular*.
- F. Acompanhamento da actividade.

*RSZ*



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

**A. Objectivos de gestão**

1. A *titular* fica vinculada a adoptar, no âmbito do sistema integrado de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE), os princípios e os objectivos de gestão, definidos no Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro, nomeadamente:

- Até 31 de Dezembro de 2006, terão que ser cumpridos objectivos nacionais de recolha de 4kg/habitante.ano de REEE provenientes de particulares.
- Os resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos recolhidos, provenientes de particulares e de não particulares terão que ser geridos por forma a dar-se cumprimento às taxas e percentagens definidas no n.º 10 do artigo 9º e no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro, que seguidamente se resumem:

	Taxa de valorização	% de reutilização e reciclagem de componentes, materiais e substâncias
.Grandes electrodomésticos .Distribuidores automáticos	≥ 80% peso médio/aparelho	≥ 75% peso médio/aparelho
.Equipamentos informáticos e de telecomunicações .Equipamentos de consumo	≥ 75% peso médio/aparelho	≥ 65% peso médio/aparelho
.Pequenos electrodomésticos .Equipamentos de iluminação .Ferramentas eléctricas e electrónicas .Brinquedos e equipamentos de desporto e lazer .Instrumentos de monitorização e controlo	≥ 70% peso médio/aparelho	≥ 50% peso médio/aparelho (≥ 80% peso para as lâmpadas de descarga de gás)



MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Aparelhos médicos	Até 31.12.2008, serão propostas metas
-------------------	---------------------------------------

2. Os objectivos fixados no número anterior, constituem objectivos de valorização mínimos concretizados para o ano de 2006, devendo a *titular* adaptar-se ao estabelecimento futuro de novos objectivos de gestão para os anos subsequentes, nomeadamente em resultado da evolução das disposições de direito comunitário, incluindo os objectivos de valorização e de reutilização/reciclagem para os aparelhos médicos que vierem a ser estipulados.

3. Sem prejuízo dos objectivos mínimos de gestão identificados na presente Licença, a *titular* assume o compromisso de envidar os melhores esforços possíveis no sentido de alargar o universo dos produtores aderentes ao sistema integrado com vista a garantir, que, de forma progressiva e a partir do ano 2007, estes representam a gestão de um quantitativo de REEE correspondente a, pelo menos, 20 % do total de REEE produzido anualmente.

4. Com o objectivo de aproximar o quantitativo referido no número anterior, às quantidades totais de REEE (incluindo os históricos), produzidos a nível nacional, que se pressupõe evoluir do modo seguinte:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Produção nacional REEE (kg)	102.948.908	109.959.052	119.093.441	127.949.351	133.221.572	133.772.319
% aumento	6,8	8,3	7,4	4,1	0,4	

a *titular* deverá, no mínimo, contribuir, ao longo do horizonte da licença, para as metas de recolha referidas no ponto 2, do seguinte modo,



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Quantitativos de REEE (kg)	8.276.779	8.796.724	9.527.475	10.235.948	10.657.725	10.701.786

Caso as metas indicadas no quadro anterior não sejam atingidas, a titular deve contribuir com uma quantidade de REEE recolhidos, para cada uma das categorias previstas na Tabela a que se refere o nº 1 da Clausula Sexta da Licença, que será função da sua quota de mercado, calculada de acordo com a informação semestral prestada pela entidade de registo.

No caso de, em cada semestre, a *titular* não lograr recolher quantitativo (em kg) de resíduos correspondente à quota de mercado de REEE que se verifique corresponder-lhe, obriga-se a, no semestre seguinte, acrescer à percentagem correspondente a esse período as quantidades em falta relativas ao período anterior.

5. Os objectivos quantitativos acima referidos podem ser revistos sempre que necessário, com base em razões tecnológicas, de mercado ou em resultado da evolução das disposições de direito comunitário, através de portaria dos membros do Governo com atribuições nas áreas da economia e do ambiente, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro.

6. Complementarmente, a *titular* fica obrigada a apresentar, no prazo de 3 meses a contar da data de emissão da presente Licença, um plano de acções com indicação das medidas a implementar no âmbito do sistema integrado para a reutilização de REEE inteiros e/ou dos seus componentes, que contemple todas as exigências de gestão fixados no Decreto-Lei nº 230/2004 de 10 de Dezembro, designadamente o disposto no nº 2 e 3 do artigo 6º, artigo 7º, nº3 do artigo 12.º, e alínea d) do artigo 18º.



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

**B. Identificação dos resíduos abrangidos**

1. A *titular* obriga-se a incluir no sistema integrado de cuja gestão é responsável, os resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos originados, independentemente da sua marca e, nomeadamente, pelos produtos em fim de vida discriminados nas 10 categorias do Anexo I do Decreto-Lei nº 230/2004 de 10 de Dezembro e abrangidos pela definição da alínea b) do artigo 3º, do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro, tanto provenientes de utilizadores particulares como não particulares, nos moldes previstos, respectivamente, no artigo 9º, conjugado com o 12º e no artigo 10º, conjugado com o 13º daquele diploma legal.
2. Os resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos recolhidos selectivamente pela *titular*, devem ser submetidos aos processos de tratamento de materiais e componentes especificados no Anexo II, do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro, por forma a que não sejam comprometidos os objectivos de valorização e de reutilização/reciclagem dos componentes ou dos equipamentos completos.
3. Complementarmente, para os casos de equipamentos de frio contendo CFC, HCFC, HFC e HC, tanto as operações de reutilização que envolvam manutenção, como as de extracção que antecedem o desmantelamento ou destruição definitiva desses equipamentos em fim de vida, deverão ser efectuadas por técnicos devidamente qualificados na acepção do previsto no Decreto-Lei nº 152/2005, de 31 de Agosto, segundo os procedimentos aí preconizados.

*For*



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

**C. Condições de articulação da actividade da *titular* com os outros intervenientes no sistema**

**1. Relações entre a *titular* e os produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos**

1.1 A *titular* celebrará contratos com os produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos, nos termos definidos no n.º 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro.

1.2. Impende sobre os produtores de EEE o dever legal de adesão a um sistema integrado de gestão de REEE ou, em alternativa, de assunção individual das suas obrigações, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro.

O licenciamento de um sistema integrado, como o gerido pela *titular*, permite aos produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos proceder à transferência das suas responsabilidades de gestão dos respectivos resíduos, nos limites estabelecidos no Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro.

Nos termos do n.º 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro, a transferência de responsabilidade dos produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos para o sistema integrado gerido pela *titular* opera-se através da celebração do contrato referido em 1.1, com uma duração mínima de cinco anos, regulando, pelo menos, as características dos EEE abrangidos, a previsão da quantidade de REEE a retomar anualmente pela *titular*, as acções de controlo desenvolvidas para verificação do cumprimento do contrato e as prestações financeiras devidas à *titular* e a forma da sua actualização. Nestes termos, os contratos deverão prever o seguinte:

- A *titular* aceita a transferência de responsabilidade pela gestão dos resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos declarados pelo produtor, mediante a assinatura e o cumprimento do contrato pelo produtor, e compromete-se a cumprir as obrigações para si emergentes do mencionado no Decreto-Lei n.º



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

230/2004, de 10 de Dezembro, e da Licença que lhe é concedida como Entidade Gestora.

- O produtor é responsável pela transmissão de informação periódica à *titular* e pela sua qualidade e veracidade, nomeadamente no que concerne à informação relacionada com as categorias e quantidades de equipamentos eléctricos e electrónicos colocados no mercado.
- A *titular* é responsável pela confidencialidade dos dados fornecidos pelo produtor, sem prejuízo das obrigações a que está sujeita, designadamente, por lei, acto administrativo ou judicial, e de outras condições especiais previstas no contrato.
- A *titular* poderá proceder à análise e auditoria dos registos e documentação do produtor, desde que se relacionem com as declarações periódicas que este está obrigado a enviar à *titular*.
- A *titular* encontra-se, em consequência, legalmente vinculada a regular as suas relações com os produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos pela forma estabelecida no n.º 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro.

1.3. Para além dos aspectos referidos no ponto anterior, nos contratos a celebrar com os produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos, devem igualmente ser regulados aspectos relacionados com a manutenção da livre concorrência, prevenindo eventuais distorções que uma utilização indevida do sistema possa gerar, nomeadamente no que concerne à relação comercial a estabelecer entre o produtor e o distribuidor.

Nesse sentido o contrato deve prever a responsabilidade da *titular* pela garantia de práticas concorrenciais leais, zelando para que a relação comercial do produtor com os distribuidores não seja afectada pelos termos específicos da participação, ou pela não participação, do distribuidor na rede de sistemas de recolha estruturada pela titular.

Para o efeito, cada produtor deve apresentar documento escrito declarando que não fará condicionar a colocação dos seus produtos num determinado distribuidor à obrigação de



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

prestação de um serviço como centro de recepção por parte desse distribuidor

1.4. A *titular* deve fomentar a ampliação do universo de produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos aderentes ao sistema integrado, devendo diligenciar para que, no mais curto prazo de tempo a contar do início de produção de efeitos da licença a que se referem as presentes condições especiais, adira ao sistema integrado o número máximo de produtores, nos termos do previsto no número 3 do ponto A. .

Do mesmo modo, a *titular* deverá programar e pôr em prática as acções adequadas a fidelizar os produtores equipamentos eléctricos e electrónicos aderentes.

A *titular* deverá comunicar trimestralmente ao Instituto dos Resíduos a lista dos produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos aderentes ao sistema integrado, que deverá identificar a respectiva data de transferência de responsabilidade, tal como decorre da alínea a) do artigo 22º do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro, evidenciando as acções desenvolvidas no sentido de promover novas adesões de produtores ao sistema.

1.5. O financiamento do sistema integrado gerido pela *titular*, para além das receitas geradas pela própria actividade, é da responsabilidade dos produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos.

1.6. Os produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos, deverão veicular à *titular*, informações sobre a reutilização e tratamento de cada novo tipo de equipamento colocado no mercado, bem como a localização das substâncias e preparações perigosas, por forma a que esta as possa veicular, a jusante, aos operadores de gestão de resíduos eléctricos e electrónicos.

1.7. A título excepcional e em circunstâncias devidamente justificadas, a *titular* poderá acordar outras condições de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos com os respectivos produtores, que pela sua especificidade requeiram estar, quer sujeitos a circuitos e a processos de gestão próprios, quer a prestações financeiras distintas das discriminadas na tabela mencionada na Cláusula Sexta. Os moldes e condições de gestão





**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

deverão ser propostos caso a caso pela *titular* e submetidos à aprovação do INR.

**2. Relações entre a *titular* e os Centros de Recepção**

2.1. Compete à *titular* organizar a rede de centros de recepção de REEE devidamente autorizados, conforme definido na alínea a) do artigo 18º do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro, a partir da conjugação entre os sistemas municipais, os distribuidores e outras entidades individuais ou colectivas que se pretendam constituir como centros de recepção.

2.2. A rede de centros de recepção deve ser organizada em conformidade com os requisitos fixados no artigo 11.º do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro, de forma a garantir, em 2006, a recolha selectiva de REEE provenientes de utilizadores particulares numa proporção de 4 Kg/hab.ano a nível nacional.

Para além da promoção da reutilização da totalidade ou de parte dos REEE, a *titular* deve assegurar que, nos centros de recepção de REEE, se proceda à triagem dos REEE por categorias, de forma a dar resposta aos objectivos de gestão fixados no artigo 7º do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro.

2.3. Para além das funções referidas no ponto 2.2. os centros de recepção são ainda responsáveis por:

- aceitar gratuitamente os REEE de proveniência particular;
- aceitar os REEE de proveniência não particular, desde que os equipamentos tenham sido colocados no mercado após 13 de Agosto;
- proceder à triagem dos REEE por categorias e de acordo com as orientações emanadas pela *titular*, de forma a assegurar o cumprimento dos objectivos de gestão estabelecidos no artigo 7.º do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro;
- armazenar temporariamente os REEE, em contentores específicos, de acordo com



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

a distribuição por categorias adoptada pela entidade gestora com vista ao seu encaminhamento para reciclagem e/ou reutilização;

- cumprir os procedimentos de gestão específicos que forem impostos pela *titular*, incluindo toda a informação referente ao fluxo de REEE necessária no âmbito do funcionamento do sistema de gestão;
- promover a informação e sensibilização dos utilizadores relativa ao sistema integrado de gestão.

2.4. A *titular* deve fornecer ao Instituto dos Resíduos, até 3 meses da data de emissão da Licença no quadro das suas obrigações de informação, a lista dos centros de recepção devidamente autorizados bem como os compromissos assumidos entre os centros de recepção e a *titular*, a qual deverá ser actualizada com uma periodicidade trimestral.

2.5. Os centros de recepção deverão estar devidamente autorizados para a operação de armazenamento temporário de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, nos termos da legislação em vigor.

2.6. Em cumprimento ao previsto no nº 6 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro, a *titular* é responsável pelo financiamento das actividades de triagem dos resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos por categorias e sua armazenagem temporária nos centros de recepção:

- a) dos sistemas de gestão de resíduos urbanos,
- b) da distribuição,
- c) da responsabilidade directa da *titular*.

A contrapartida financeira devida aos centros de recepção referidos nas alíneas a) e b) do parágrafo anterior é fixada para o biénio de 2005-2006 em valores compreendidos entre 25 e 26,5 €/t.



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

2.7. Considerando que a data de entrada em funcionamento do presente sistema integrado de gestão ocorre posteriormente a 13 de Agosto de 2005, a *titular* é igualmente responsável pelo financiamento das actividades referidas em 2.6 no que respeita a todos os resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos provenientes de particulares que aí existam armazenados temporariamente.

**3. Relações entre a *titular* e os distribuidores**

3.1 A *titular* é responsável pela organização de uma rede de centros de recepção de REEE, como decorre da alínea a) do artigo 18º do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro.

Por sua vez, os distribuidores assumem um papel relevante e singular no âmbito dos sistemas de recolha de REEE já que, por força de obrigação legal, asseguram a recolha do resíduo de equipamento eléctrico e electrónico aquando da venda de um equipamento equivalente.

Por outro lado, nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro, os distribuidores podem constituir-se como centros de recepção de REEE.

Assim, considerando que a competência para a organização de redes de centros de recepção de REEE cabe à *titular*, torna-se essencial proceder à regulação institucional do relacionamento entre o sistema integrado gerido pela *titular* e os distribuidores.

Nestes termos, a titular deve convencionar com os distribuidores os termos específicos do papel por estes assumido no âmbito dos sistemas de recolha de REEE, em especial quando se pretendam constituir como centros de recepção.

O facto de a composição da *titular* apenas incluir produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos, não se abrindo à participação de outras entidades que exercem a sua actividade no âmbito da gestão de REEE (como era permitido pelo nº 3 do artigo 17º do



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro), só torna mais relevante a necessidade de clarificar os termos de referência do relacionamento entre *titular* e distribuidores no âmbito dos sistemas de recolha de REEE.

3.2. A *titular* deve desenvolver todas as diligências necessárias para sensibilizar os distribuidores para a necessidade de recusar a comercialização de equipamentos que não venham acompanhados das marcações impostas por lei, ou cujo número de registo do produtor seja desconhecido. Se possível, a obrigação em causa deve ser formalizada através da inserção, pelos produtores aderentes, nos respectivos contratos de distribuição.

3.3. A *titular* pode acordar com os distribuidores condições de recolha de REEE provenientes da troca por troca, em função de determinados quantitativos mínimos e/ou da sua distância aos centros de recepção.

**4. Relações entre a titular e os operadores de gestão de resíduos eléctricos e electrónicos**

4.1. As relações da *titular* com os diversos operadores de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos deverão ser objecto de contratos, estabelecendo os termos quantitativos e qualitativos da intervenção do operador no circuito, incluindo, também, para além das obrigações individuais específicas de prestação de serviço no âmbito do sistema integrado, obrigações de divulgação da informação, que cabem à *titular*, de forma a promover a eficiência técnica e económica do sistema integrado.

4.2. Para efeitos de reutilização e tratamento de cada novo equipamento colocado no mercado nacional, a *titular* deverá fornecer aos operadores de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, as informações referidas em 1.6, necessárias ao correcto desempenho dessas actividades.

RNC



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

4.3. A *titular* deverá assegurar, no cumprimento do artigo 18.º do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro, que os operadores de gestão estão devidamente autorizados para o transporte e tratamento e/ou valorização dos resíduos, de forma a dar cumprimento aos objectivos estabelecidos no artigo 7.º e aos requisitos fixados no Anexo II.

No processo de selecção dos operadores de gestão e para efeitos de contratação dos serviços, deve a *titular* dar prioridade aos operadores que utilizem sistemas de gestão ambiental devidamente certificados. Complementarmente e tratando-se de equipamentos de refrigeração e de ar condicionado contendo clorofluorocarbonetos, hidroclorofluorocarbonetos, hidrofluorocarbonetos e hidrocarbonetos, quaisquer intervenções, quer ao nível da manutenção destes equipamentos para reutilização quer nas que precedem a sua destruição definitiva, deverão ser efectuadas por técnicos qualificados na acepção do previsto no Decreto-Lei nº 152/2005 de 31 de Agosto.

Para o efeito, fica a *titular* obrigada a apresentar ao Instituto dos Resíduos trimestralmente a contar da data de emissão da Licença, uma rede de operadores de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, devidamente autorizados, que assegure a recolha a partir dos centros de recepção e providencie a reutilização dos resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, e/ou o seu transporte para tratamento e/ou valorização, incluindo a fracções sujeitas a eliminação.

4.4. A responsabilidade da *titular* pelo destino final dos resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos cessa mediante a sua entrega aos operadores de gestão autorizados, nos termos da legislação em vigor.

4.5. A *titular* deve assegurar que as substâncias, as preparações e os componentes obtidos no tratamento dos resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos são valorizados ou eliminados em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 239/97, de 9 de Setembro e restante legislação aplicável.



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

4.6. O financiamento das operações referidas nos pontos 4.2. e 4.3 compete à *titular*.

**5. Relações entre a *titular* e outras entidades gestoras**

5.1. A *titular* deverá promover a necessária articulação com outras entidades gestoras licenciadas, nomeadamente no que se refere a mecanismos de compensação pela gestão quer do fluxo de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, quer de outros fluxos de resíduos, designadamente os que foram criados para dar cumprimento ao Decreto-Lei nº 196/2003, de 23 de Agosto, relativo a veículos em fim-de-vida e à Portaria n.º 572/2001, de 6 de Junho, relativa a pilhas e acumuladores, que visem a criação de sinergias e evitem duplas tributações.

**6. Relações entre a *titular* e a entidade de registo de equipamentos eléctricos e electrónicos**

6.1. A *titular* deverá colaborar, nomeadamente, nas funções de organização e manutenção do registo de produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos.

**D. Investigação e desenvolvimento; sensibilização e informação**

**1. Investigação e desenvolvimento**

1.1 Nos termos da alínea f) do artigo 18º do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro, a *titular* deve canalizar uma parte dos resultados da sua actividade para a promoção de investigação e desenvolvimento de novos métodos e ferramentas de desmantelamento, de separação dos materiais e de soluções de reciclagem dos componentes e materiais de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos. Esta obrigação resulta não só da imposição legal mas também da necessidade prática evidenciada pelo alcance dos



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

objectivos quantitativos de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos.

Em consequência, impende sobre a *titular* a obrigação essencial de promover a investigação e o desenvolvimento de novas metodologias de reutilização, tratamento e valorização de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, de forma a cumprir os objectivos de gestão injuntivamente impostos pelo legislador. Assim, para o cumprimento da referida obrigação, a *titular* deve reservar em cada ano, 3 % dos custos totais incorridos com o tratamento dos REEE por si recolhidos nesse ano, não devendo em qualquer circunstância serem considerados custos inferiores aos correspondentes à meta de recolha fixada no ponto A, n.º 4 do presente Anexo, indexada à quota de mercado da *titular*.

1.2. A *titular* deverá prestar apoio técnico e/ou financeiro a projectos de investigação e desenvolvimento destinados a melhorar quaisquer processos relevantes para o funcionamento do circuito de gestão destes resíduos, designadamente: patrocinar actividades no âmbito da avaliação técnico-económica de novas formas de valorização de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, nomeadamente a reciclagem e reutilização, que visem melhorar a eficiência dos processos e atingir melhores resultados de gestão, desenvolver estudos que fomentem a definição de regras e procedimentos de gestão dos resíduos de forma a aumentar os níveis de eficiência ambiental e económica do sistema integrado, promover estudos de Avaliação do Ciclo de Vida dos equipamentos e dos processos que permitam comparar as opções de gestão, como por ex: reciclagem versus valorização energética de materiais que integram os resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos.

No âmbito das actividades de I&D, a entidade gestora promoverá a participação de todos os intervenientes no circuito de gestão dos resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, principalmente os produtores de EEE e os operadores de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos.



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

**2. Sensibilização e informação**

2.1 Em conformidade com a alínea g) do artigo 18º do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro, a *titular* deve utilizar uma parte dos resultados da sua actividade na realização de campanhas de sensibilização e informação pública sobre os procedimentos a adoptar em termos de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos.

Consequentemente, a *titular* deverá elaborar um plano de acções de sensibilização e informação públicas, que privilegie o acesso directo aos interessados, sem dependência de impulsos de terceiros.

2.2 Assim, deve conceber e executar um sistema de comunicação destinado a sensibilizar a totalidade dos agentes envolvidos na problemática da gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos.

Essa execução obedecerá à definição de planos de sensibilização anuais, da iniciativa da *titular*, tendo em conta os planos já existentes ou a lançar por outras entidades gestoras de sistemas integrados ou pelas entidades da Administração Pública, estatal, local autárquica ou institucional, bem como à definição de acções de apoio dos planos da iniciativa dessas entidades, e basear-se-á em três vertentes:

2.2.1 Desenvolver uma comunicação dirigida, sistemática e concreta, orientada para as realizações;

2.2.2 Informar e sensibilizar os utilizadores particulares e não particulares, de forma a promover a sua adesão aos programas delineados. As campanhas de informação e sensibilização devem incluir no mínimo os conteúdos referidos no nº1 do artigo 21.º do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro.

2.2.3 Reforçar a difusão de informação junto dos agentes do sistema, em particular daqueles mais próximos do consumidor final.

RZ





**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

2.3 A *titular* deverá garantir que as despesas com a rubrica de sensibilização e comunicação, no conjunto dos primeiros três anos de gestão, não deverão ser inferiores a uma percentagem de 15 % da média anual das receitas, desse período.

Para os dois anos seguintes, a referida percentagem será aferida numa base anual, tendo por limite inferior o valor percentual anteriormente estabelecido, em termos relativos - i.e., 5%/ano.

*Roc*



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

**E. Bases das contribuições financeiras exigíveis ao ciclo económico do produto e das  
contrapartidas a pagar pela *titular***

**1. Prestação financeira dos produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos**

1.1 O financiamento da *titular* resulta, para além das receitas geradas pela própria actividade de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, das prestações financeiras dos produtores associados. Estas receitas devem ser utilizadas pela *titular* para fazer face aos diversos custos de afectação genérica e específica do seu funcionamento, bem como às eventuais contrapartidas devidas aos diversos intervenientes no sistema integrado.

1.2 O valor da prestação financeira resulta da aplicação de uma componente fixa à quantidade e categoria/subcategoria de EEE colocados pelo produtor no mercado nacional. A determinação do valor em causa deve ter em conta as necessidades da *titular* face aos objectivos anuais de gestão.

Para o biénio 2005-2006, o valor da prestação financeira dos produtores de EEE é o que se encontra estabelecido no n.º 1 da cláusula sexta da presente Licença.

1.3 O valor da prestação financeira dos produtores aderentes será revisto anualmente, tendo em conta a experiência entretanto adquirida e o grau de consecução dos objectivos legais.

**2. Procedimento de revisão/actualização da prestação financeira e da contrapartida financeira**

2.1 A revisão e a actualização periódicas da prestação financeira poderão ser efectuadas anualmente, com base na previsão das necessidades ou excedentes de financiamento do sistema (actualizações ordinárias) ou sempre que o sistema apresente ou denuncie défices

*Roz*



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

ou excedentes inoportáveis, que exijam uma revisão antecipada (actualizações intercalares extraordinárias).

2.2 O procedimento de revisão do montante da prestação financeira dos produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos aderentes ao sistema integrado encontra-se estabelecido na cláusula sexta da Licença.

2.3. A *titular* deve igualmente assegurar, em relação aos equipamentos colocados no mercado antes de 13 de Agosto de 2005, a implementação das medidas necessárias à correcta gestão dos resíduos daqueles equipamentos, provenientes de utilizadores particulares e não particulares, de forma a que sejam convenientemente imputados os custos de gestão dos resíduos às entidades referidas no nº 4 do artigo 12.º e nº 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro.

2.4. O procedimento de revisão do valor da contrapartida financeira prevista no ponto C

2.6 segue a tramitação definida na cláusula sexta para a prestação financeira.

*For*



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

**F. Acompanhamento da actividade**

**1. Fiscalização pública genérica**

1.1 A *titular* apresentará ao Instituto dos Resíduos, até 15 de Fevereiro do ano imediato àquele a que se reporta, um relatório correspondente às suas actividades anuais, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro, o qual deverá incluir os conteúdos mencionados na alínea b) do artigo 22.º do referido Decreto-Lei.

1.2 O relatório deverá igualmente conter um programa plurianual de objectivos, revisto todos os anos, caso necessário, bem como uma avaliação da actividade da *titular*, em função dos objectivos propostos, com incidência sobre os seguintes aspectos:

1.2.1 Proposta de evolução dos parâmetros financeiros relativos ao apoio à comunicação e investigação e desenvolvimento;

1.2.2 Progresso da actividade realizada em relação aos objectivos propostos e às acções inseridas no caderno de encargos e no programa proposto no ano anterior;

1.2.3 Principais parâmetros financeiros do sistema de gestão;

1.2.4 Soluções técnicas e programas postos em prática, seja em relação a soluções de valorização, à comunicação desenvolvida ou a programas de investigação e desenvolvimento.

1.3 O Instituto dos Resíduos emite parecer sobre o relatório até ao dia 31 de Maio seguinte à sua entrega. Tal parecer deve avaliar o cumprimento dos objectivos de gestão a que a *titular* se encontra adstrito por força do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro.



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

Tendo em atenção o conteúdo do parecer, o presidente do Instituto dos Resíduos pode formular orientações e recomendações a que a *titular* deverá dar cumprimento na sua actividade futura.

1.4 O relatório, uma vez apreciado, torna-se público, devendo ser divulgado pela *titular*, sem restrições.

1.5 Para além do relatório anual de actividade, a *titular* deve enviar ao Instituto dos Resíduos um relatório trimestral com a indicação dos produtores que lhe transferiram a sua responsabilidade pela gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, como decorre da alínea a) do artigo 22º do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro.

**2. Obrigações específicas de informação**

2.1. A *titular* deve elaborar relatórios de progresso trimestrais, a enviar ao Instituto dos Resíduos até ao final do mês seguinte ao trimestre a que se reportam, nos primeiros 2 anos de actividade.

2.2 A *titular* deverá enviar ao Instituto dos Resíduos cópia do contrato-tipo a celebrar com produtores de EEE aderentes ao sistema integrado, com os centros de recepção e com os operadores de recolha e armazenagem, de transporte e de valorização. Quando tal não resulte do clausulado contratual, as cópias dos contratos devem ser acompanhadas dos procedimentos de articulação entre a actividade da *titular* e as actividades dos operadores de recolha, de armazenagem, de transporte e valorização.

2.3. No prazo de 3 meses a contar da emissão da presente Licença, a *titular* deve apresentar ao Instituto dos Resíduos:

*For*



**MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO**

- 2.3.1. A rede de Centros de Recepção que preencham os requisitos técnicos exigidos e as condições de articulação com outras redes existentes de recolha de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos;
- 2.3.2 A rede nacional de operadores para a recolha e o transporte de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos;
- 2.3.3 O programa plurianual das acções de sensibilização e informação públicas, incluindo o valor orçamentado;
- 2.3.4. Um plano de acções para a reutilização de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos inteiros e/ou dos seus componentes, que contemple todas as exigências de gestão fixados no Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro.
3. As presentes condições especiais não prejudicam nem substituem quaisquer obrigações ou vinculações da *titular* decorrentes da lei, nomeadamente do Decreto-Lei nº 230/2004, de 10 de Dezembro.